**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.619.883 - SP (2019/0342041-0)**

| | | |
|---|---|---|
| **RELATOR** | **:** | **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ** |
| AGRAVANTE | : | ANTONIO ROBERTO BALTIERI |
| AGRAVANTE | : | ELIANA DONIZETTE VITALE PEREIRA |
| AGRAVANTE | : | ENI APARECIDA BLUMER |
| AGRAVANTE | : | ERENICE VERONEZZI |
| AGRAVANTE | : | IVANI REGINA VERONEZ GONCALVES |
| AGRAVANTE | : | IVANILDE MANTOVANI DE BARROS |
| AGRAVANTE | : | JONAS MOREIRA |
| AGRAVANTE | : | LENY BORGES JACOBINA |
| AGRAVANTE | : | LUCIA APARECIDA CORREA CEO |
| AGRAVANTE | : | LUCIA HELENA SILVESTRE DA SILVA PAULINI |
| AGRAVANTE | : | MARCIA INES BIAMANTE SANTIN |
| AGRAVANTE | : | MARIA DA CONCEICAO RAHAL FARHAT |
| AGRAVANTE | : | MARIA DE LOURDES SANTOS |
| AGRAVANTE | : | MARIA HELOISA SCUDELER - ESPÓLIO |
| REPR. POR | : | MARIA INES SCUDELER - INVENTARIANTE |
| AGRAVANTE | : | MARIA VALERIA ARSLANIAN |
| AGRAVANTE | : | MARLENE MADAZIO SAIA |
| AGRAVANTE | : | RAQUEL CRISTINA BRUNHEROTO REDONDANO |
| AGRAVANTE | : | ROSA MARIA DIAS RAMOS AFONSO |
| AGRAVANTE | : | SMIRNA DE JESUS ROSA E SILVA |
| ADVOGADO | : | KLEBER CURCIOL - SP242813 |
| AGRAVADO | : | SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV |
| AGRAVADO | : | FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO |
| ADVOGADO | : | RUI DE SALLES OLIVEIRA SANTOS - SP174942 |

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por LUCIA HELENA SILVESTRE DA SILVA PAULINI e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 7/STJ e Súmula 280/STF.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: Súmula 280/STF.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:



Edição nº 2808 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 05 de Dezembro de 2019 Publicação: Sexta-feira, 06 de Dezembro de 2019
Código de Controle do Documento: 9DD991AE-192C-4F9A-812F-B253C0218BB0

> PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
>
> 1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.
>
> 2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.
>
> 3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial**.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.



**Edição nº 2808 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 05 de Dezembro de 2019 Publicação: Sexta-feira, 06 de Dezembro de 2019**
**Código de Controle do Documento: 9DD991AE-192C-4F9A-812F-B253C0218BB0**

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente



**Edição nº 2808 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 05 de Dezembro de 2019 Publicação: Sexta-feira, 06 de Dezembro de 2019**
**Código de Controle do Documento: 9DD991AE-192C-4F9A-812F-B253C0218BB0**